

Economia-Brasil

Economia e política, um sério conflito no Brasil atual

Política e economia, no Brasil, nunca se deram as mãos e quando os técnicos caminham para um lado, os congressistas, usualmente, andam em sentido reverso. Ontem, aqui no Jornal de Brasília, o repórter Andrei Meirelles situou com precisão a dificuldade de relacionamento entre políticos e os técnicos da Seplan, onde a abertura política até hoje não passou de uma referência semântica. Menos por responsabilidade deles, que pela própria lógica do sistema: a distensão política não permeou o pensamento econômico.

Eis aí um dualismo interessante e peculiar no Brasil contemporâneo. Há alguns dias, um francês que está há pouco tempo no país demonstrava sua inquietação diante da resistência da sociedade diante da necessidade de o governo adotar medidas restritivas para sanar a economia. Este mesmo francês, ferozmente contrário à política de Mitterrand, via no líder máximo da França o executor de uma política que pulverizou os recursos do país e não conseguiu implantar seu projeto. Lá, a exemplo do que ocorre no mundo desenvolvido em geral, os governos se instalaram fazendo promessas que envolvem, também, o compromisso econômico.

Se o projeto Mitterrand não deu certo, os franceses vão julgá-lo nas urnas nas diversas eleições permitidas pelo singular sistema político da França. Aqui, ao contrário, os candidatos esmeram-se em promessas de cunho político ou social e frequentemente esquecem que alguém terá de pagar a conta da festa. Galbraith notou, quando escreveu "A ideologia da sociedade industrial" que em algum momento da história do mundo economia e política se divorciaram, como se cada uma destas atividades vivesse num mundo fechado, hermético, infenso a interferência externas.

O compromisso brasileiro, em termos de economia, monetarista e ortodoxo, às vezes não coincide com a proposta liberalizante do governo. Distender o sistema político significa, também, outorgar maior grau de liberdade, tanto aos estados quanto aos municípios, para realizar a sua própria ação econômica. O governo, que no Brasil é o principal agente da economia, tornar-se-ia, por via de uma distensão econômica, um mero repassador de impostos de acordo com as prioridades políticas do governante. Na verdade, o poder de decidir não pertence àquele que tem a chave do cofre, mas ao chefe da tesouraria.

Tratar a economia como ente apartado da política provoca conflitos tanto na gestão econômica, quanto na administração política. Supor que a ação do governo possa ser autônoma no setor político ou no econômico é permitir que as diversas políticas — ou diretrizes — tenham um elevado grau de autonomia entre si. Neste caso deixaria de haver um governo, mas diversos polos de poder. A questão, portanto, não é solicitar do ministro do Planejamento que promova a abertura política em seu ministério. Ele é parte de um governo que permitiu, ou decidiu, que surgisse no país o processo político denominado de abertura.

E as decisões, drásticas, que terão de ser tomadas pelo governo pertencem a todo este instrumental de poder que deve estar a serviço de alguma política específica. Nos Estados Unidos, o governo Reagan conseguiu, através de uma sistemática ação restritiva, reduzir os índices inflacionários a uma quase insignificância. Produziu levas de desempregados, quase arrasou as economias de países periféricos, mas tem conseguido respaldo político-eleitoral através das seguidas eleições regionais realizadas naquele país. Lá não há queixas quanto ao fechamento da área. As queixas são dirigidas à política econômica de Reagan. Quem é contrário a ela, vota nos democratas. Quem é a favor, prefere os republicanos.

O esforço dos líderes do PDS em amenizar pacotes, reduzir a taxação sobre o salário do trabalhador é extremamente louvável. Mas porque não existe uma política definida, os pedes-sistas estão se condenando a um eterno bate-boca com o ministro Delfim Netto. Não faz muito tempo, quando descobriu-se o rombo na Previdência Social, o Congresso terminou por aprovar uma taxação especial de supérfluos, esquecendo que o supérfluo de uma pessoa é o bem essencial de outra. Ocorre que o país não conhece em detalhes a extensão da crise econômica e os remédios necessários para curá-la.